

Monitor **ODS Pará**

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



20
25



Monitor **ODSPará**

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025 **Breves**



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

**FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A
ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA**

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão
da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Osvaldo Trindade Carvalho
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves
Coordenador de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA
Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA
Coordenação Técnica

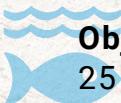
**Coordenadoria de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social
da Amazônia – AMAZON CETEC**
Organização

ÍNDICE

Introdução.....	8
Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza.....	9
1 – Evolução da Taxa de Pobreza.....	9
2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais.....	10
Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável.....	11
3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer.....	12
4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).....	13
Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar.....	14
5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos).....	14
6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes.....	15
Objetivo 4 - Educação de Qualidade.....	17
7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes.....	17
8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet.....	18
Objetivo 5 - Igualdade de Gênero.....	19
9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros.....	19
10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres.....	20
Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento.....	22
11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto.....	22
12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita.....	23



	Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível	24
	13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24
	14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25
	Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico	27
	15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27
	16 – PIB per capita.....	28
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura	29
	17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30
	18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31
	Objetivo 10 – Redução das Desigualdades	32
	19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33
	Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis	34
	20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34
	21 – Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35
	Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis	36
	22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37
	23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38
	Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima	39
	24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39
	Objetivo 14 – Vida na Água	41
	25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41
	Objetivo 15 – Vida Terrestre	42
	26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43
	27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44
	Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes	45
	28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45
	29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46
	Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação	47
	30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48
	31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49
	Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)	50
	Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Breves x RI Marajó x Pará (2019-2023)	10
Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Breves x RI Marajó x Pará (2019-2023)	11
Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Breves x RI Marajó x Pará (2019-2023)	12
Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Breves x RI Marajó x Pará (2019-2023)	13
Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Breves x RI Marajó x Pará (2019-2023)	15
Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Breves x RI Marajó x Pará (2019-2023)	16
Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Breves x RI Marajó x Pará (2019-2023)	18
Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Breves x RI Marajó x Pará (2019-2023)	19
Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Breves x RI Marajó x Pará (2019-2023)	20
Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Breves x RI Marajó x Pará (2019-2023)	21
Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Breves x RI Marajó x Pará (2019-2023)	23
Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Breves x RI Marajó x Pará (2019-2023)	24
Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Breves x RI Marajó x Pará (2019-2023)	25



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Breves x RI Marajó x Pará (2019-2023).....	26
Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Breves x RI Marajó x Pará (2019-2023).....	28
Gráfico 16 - PIB per capita, Breves x RI Marajó x Pará (2018-2022).....	29
Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Breves x RI Marajó x Pará (2018-2022)	31
Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Breves x RI Marajó x Pará (2019-2023)	32
Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Breves x RI Marajó x Pará (2019-2022)	33
Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Breves x RI Marajó x Pará (2019-2023)	35
Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Breves x RI Marajó x Pará (2019-2023)	36
Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Breves x RI Marajó x Pará (2019-2023)	37
Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Breves x RI Marajó x Pará (2019-2023)	38
Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Breves x RI Marajó x Pará (2019-2023)	40
Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Breves x RI Marajó x Pará (2019-2023)	42
Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Breves x RI Marajó x Pará (2019-2023)	43
Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Breves x RI Marajó x Pará (2019-2023).....	44
Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Breves x RI Marajó x Pará (2019-2023)	46
Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Breves x RI Marajó x Pará (2019-2023)	47
Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Breves x RI Marajó x Pará (2018-2022)	48
Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Breves x RI Marajó x Pará (2019-2023).....	49
Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Breves x RI Marajó x Pará (2025)	50

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores – governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas – e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamen-

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do Observatório ODS-FAPESPA, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconómicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de Breves (PA).



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.

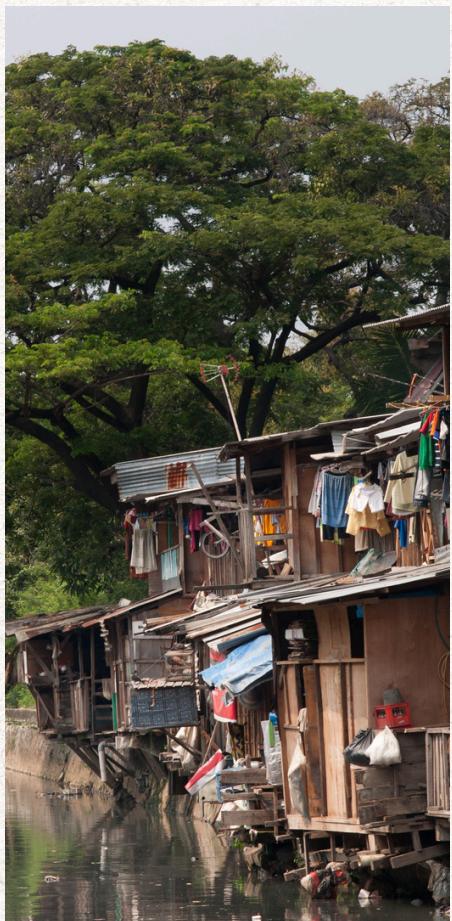


Evolução da Taxa de Pobreza

Em Breves, a taxa de pobreza manteve-se elevada entre 2019 e 2021, oscilando levemente de 70,9% (2019) para 70,0% (2021). Em 2022, houve um salto significativo, atingindo o pico de 82,0%, seguido de uma forte redução para 67,9% em 2023. Na Região de Integração (RI) Marajó, os valores oscilaram entre 68,6% (2020) e 74,0% (2022), também encerrando 2023 com 67,8%. Já o estado do Pará apresentou patamar bem inferior, partindo de 41,9% em 2019, atingindo o pico de 59,3% em 2022, e fechando com 43,8% em 2023. Nota-se que o pico em 2022 foi uma

tendência comum aos três recortes territoriais, possivelmente reflexo dos efeitos da pandemia. A recuperação em 2023 também foi expressiva, especialmente em Breves. Apesar disso, a pobreza segue estruturalmente alta na região, com Breves superando em mais de 25 pontos percentuais a média estadual em 2023 (Gráfico 1).

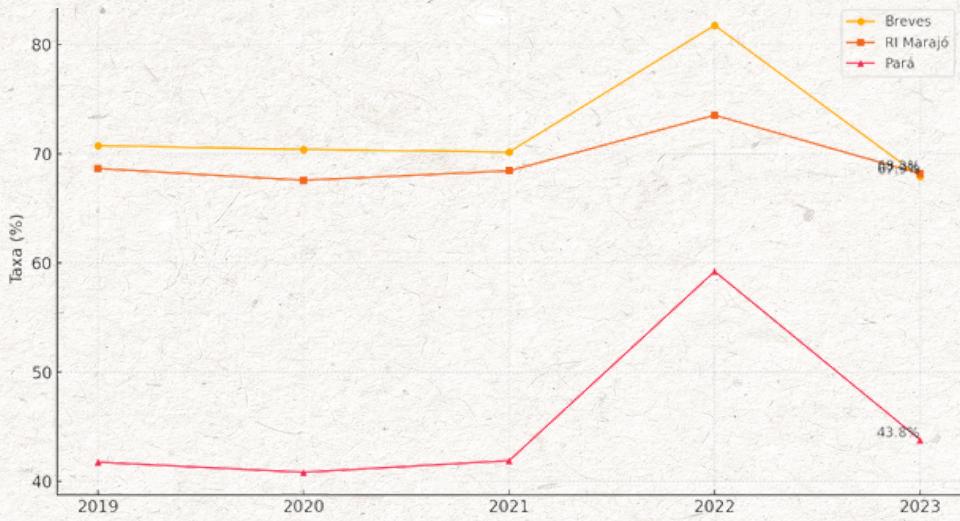
A RI Marajó mostrou comportamento semelhante ao de Breves, porém em patamares ligeiramente inferiores. A estabilidade de 2019 a 2021, com percentuais próximos a 69%, foi quebrada com o aumento de 2022 (74,0%), seguido da





queda em 2023 (67,8%). O Pará também apresentou esse padrão, embora com menor magnitude de variação. A maior disparidade entre Pará e RI Marajó ocorreu em 2022, com diferença de cerca de 15 pontos percentuais. Essa diferença foi ainda maior em Breves, chegando a quase 23 pontos. Isso evidencia a maior vulnerabilidade socioeconômica do município frente ao restante do estado. Mesmo com a redução em 2023, os índices de pobreza em Breves e na RI permanecem bastante elevados, indicando que políticas públicas mais efetivas ainda são necessárias na região do Marajó (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Breves x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 67,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

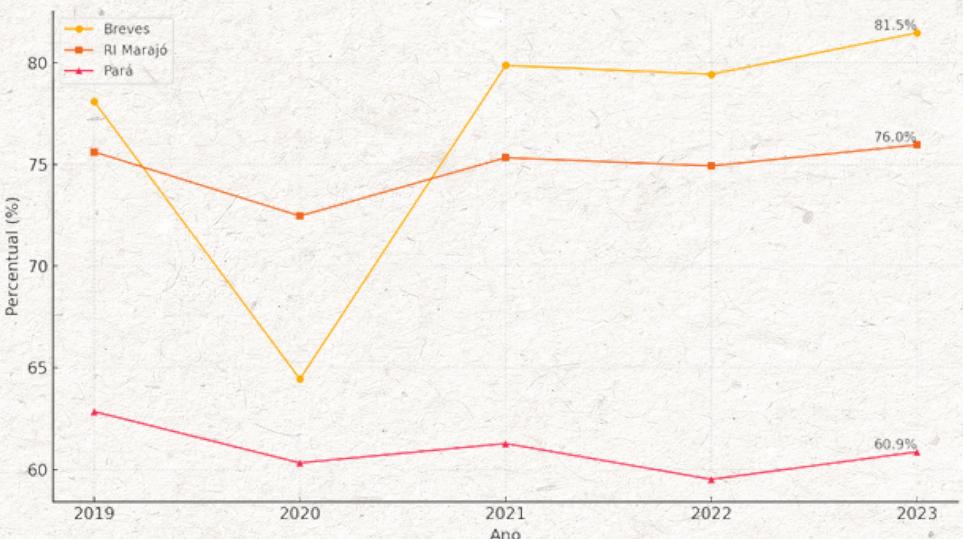
Despesas Públicas com Serviços essenciais

Em Breves, o percentual das despesas públicas com serviços essenciais iniciou em 2019 com 78,2%, caiu bruscamente para 64,6% em 2020 e se recuperou fortemente para 79,9% em 2021. A partir daí, os valores se mantiveram elevados, com 79,4% em 2022 e 81,5% em 2023, maior valor da série. A queda de 2020 pode ter relação com realocações emergenciais de recursos devido à pandemia. A forte recuperação nos anos seguintes indica possível retomada da priorização de investimentos em áreas como saúde, educação e assistência social. A RI Marajó seguiu um padrão semelhante, partindo de 75,6% em 2019, descendo a 72,3% em 2020 e retomando patamares em torno de 75% nos anos seguintes, alcançando 76,0% em 2023 (Gráfico 2).

Já o estado do Pará apresentou menor comprometimento relativo com serviços essenciais ao longo do período. Em 2019, o percentual era de 62,6%, caindo para 60,5% em 2020 e variando entre 59,2% (2022) e 60,9% (2023). Esse comportamento mais estável, porém inferior, contrasta com os esforços observados em Breves e na RI Marajó. A diferença em 2023 entre Breves (81,5%) e o Pará (60,9%) é expressiva: mais de 20 pontos percentuais. Isso pode indicar maior sensibilidade dos gestores municipais às necessidades locais, embora também possa refletir baixa capacidade de investimento em outras áreas. O crescimento contínuo das despesas com serviços essenciais em Breves desde 2020 sugere uma política fiscal mais direcionada à proteção social e à manutenção de serviços básicos (Gráfico 2).



Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Breves x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: STN.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.



Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

Em Breves, a taxa de prevalência de crianças com baixo peso ao nascer iniciou em 7,8% em 2019 e manteve-se relativamente estável até 2020, com 7,7%. A partir de 2021, observou-se um crescimento acentuado, com 8,9% nesse ano e pico de 10,1% em 2022, o maior valor da série histórica. Em 2023, houve leve recuo para 9,3%, mas ainda assim superior aos níveis anteriores à pandemia. A Região de Integração Marajó iniciou com 7,5% em 2019, oscilando para 7,9% em 2020 e 7,7% em 2021, seguido de aumento para 8,8% em 2022 e 9,0% em 2023. Já o estado do Pará apresentou tendência mais gradual: de 7,6% em 2019 pa-

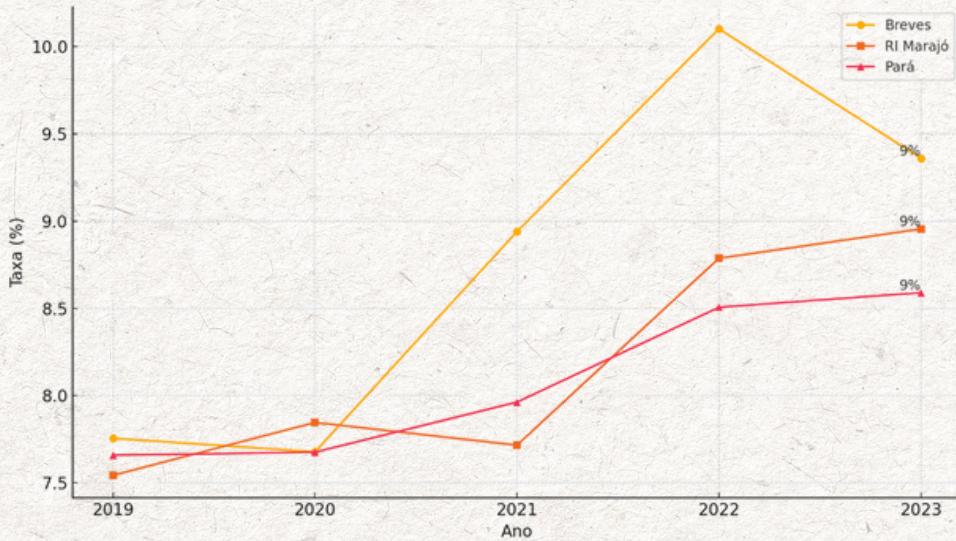
ra 9,0% em 2023 (Gráfico 3).

O crescimento mais acentuado de Breves em relação às outras regiões aponta para agravamento das condições pré-natais e neonatais locais, possivelmente associado a fragilidades nos serviços de saúde materno-infantil. A diferença entre o pico de Breves (10,1% em 2022) e o estado do Pará (8,5% no mesmo ano) foi de 1,6 ponto percentual, o que é relevante do ponto de vista epidemiológico. Em 2023, ainda que todas as regiões tenham alcançado 9,0% ou mais, Breves permaneceu com o maior valor. A evolução ascendente dos três recortes territoriais, especialmente entre 2021 e 2022, su-

gere influência de fatores conjunturais como a pandemia, mas a permanência de níveis elevados em 2023 evidencia desafios estruturais. Isso reforça a necessidade de estratégias focadas na atenção primária, pré-natal e combate à desnutrição gestacional na região (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Breves x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

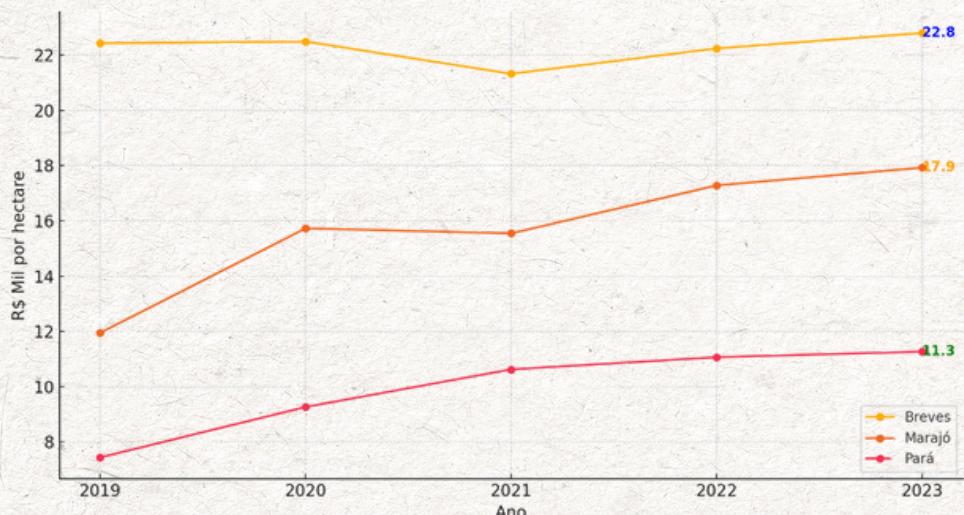


Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

Breves apresentou o maior nível de produtividade agrícola entre os recortes analisados, iniciando com R\$ 22,3 mil/hectare em 2019, mantendo-se nesse patamar até 2020. Em 2021, houve leve retração para R\$ 21,6 mil/hectare, seguida de recuperação nos anos seguintes, atingindo R\$ 22,8 mil/hectare em 2023. A RI Marajó mostrou trajetória ascendente mais constante: de R\$ 12,0 mil/hectare em 2019 para R\$ 17,9 mil/hectare em 2023, com destaque para o salto de 2020 (R\$ 15,7 mil). O Pará também registrou crescimento contínuo, passando de R\$ 7,4 mil em 2019 para R\$ 11,3 mil/hectare em 2023. A distância entre Breves e o estado como um todo permanece significativa, evidenciando alto desempenho agrícola local (Gráfico 4).

O aumento da produtividade agrícola nos três níveis territoriais ao longo do período sugere melhora na eficiência das atividades agropecuárias, possível adoção de tecnologias ou maior valorização da produção. No entanto, a estagnação em Breves entre 2019 e 2020, seguida de queda em 2021, contrasta com o crescimento mais regular nas demais regiões. Ainda assim, o município lidera amplamente em termos de resultado por hectare. A diferença de R\$ 11,5 mil/hectare entre Breves e o estado em 2023 reforça o papel estratégico do município na produção agrícola regional. A evolução positiva da Marajó também é notável, sinalizando potencial de expansão econômica se acompanhada de infraestrutura e políticas de apoio ao produtor rural (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Breves x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 22,8 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta foi alcançada.





ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

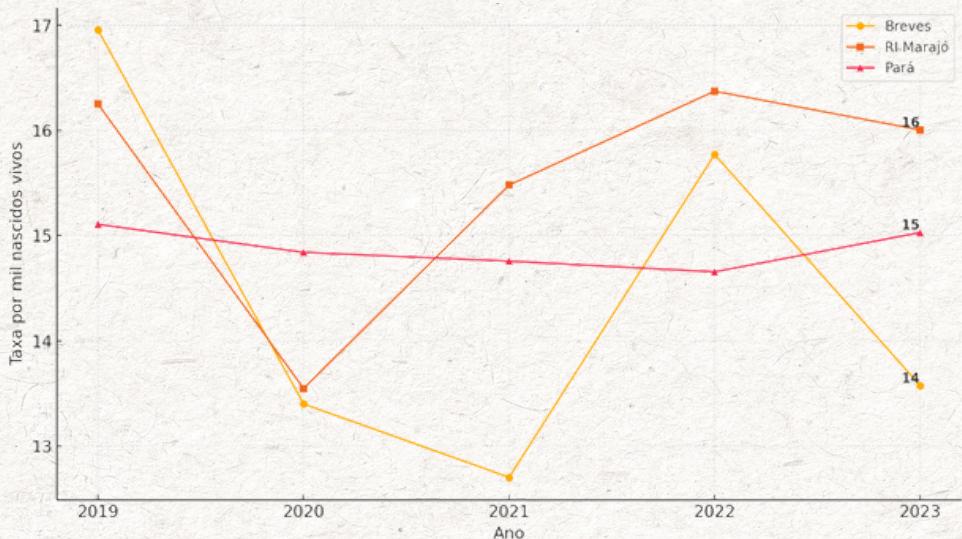
Em Breves, a taxa de mortalidade infantil iniciou em 2019 com 17,0 por mil nascidos vivos, caindo significativamente para 13,4 em 2020 e atingindo o menor valor da série em 2021 com 12,7. No entanto, houve uma elevação expressiva em 2022 para 15,8, seguida de nova queda para 13,6 em 2023. A RI Marajó acompanhou tendência semelhante, oscilando de 16,3 (2019) para 13,6 (2020), depois subindo para 16,4 (2022) e encerrando 2023 em 16,0. Já o estado do Pará apresentou trajetória mais estável, partindo de 15,1 (2019) para 14,6 (2022) e encerrando com 15,0 (2023) (Gráfico 5).

A oscilação mais acentuada em Breves indica vulnerabilidade nos serviços de saúde infantil, com influência de fatores conjunturais como pandemia e cobertura vacinal. A queda em 2023 sugere possível recuperação ou intervenção local, embora a taxa permaneça próxima da média estadual. O fato de a RI Marajó manter-se constantemente acima do estado indica desafios estruturais regionais. A estabilidade da linha do Pará, com variações menores, sugere maior regularidade na oferta de cuidados neonatais. Em 2023, Breves teve desempenho um pouco melhor que a média estadual, o que pode ser um sinal positivo de reorganização dos serviços de saúde infantil (Gráfico 5).





Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Breves x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 14 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Número de Médicos por 10 mil habitantes

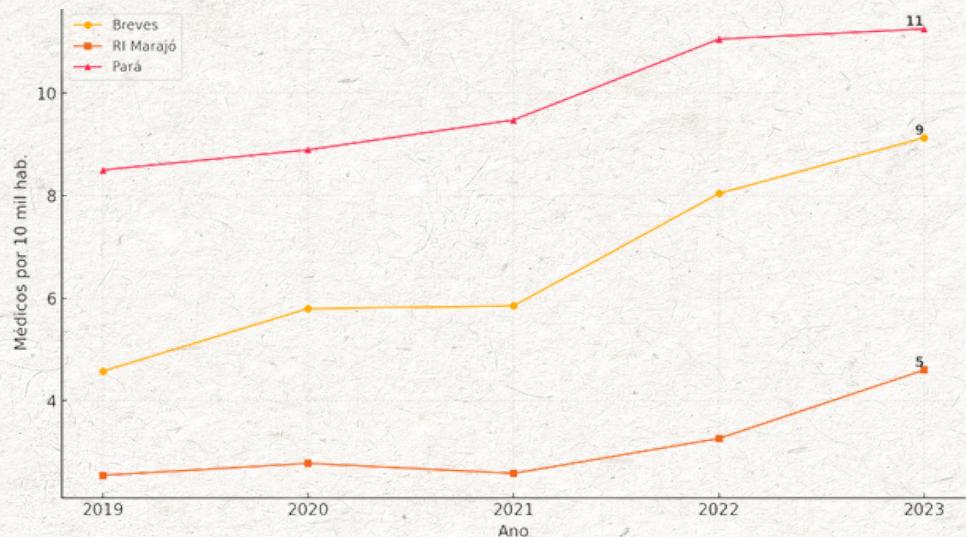
Em Breves, a quantidade de médicos por 10 mil habitantes passou de 4,6 em 2019 para 5,8 em 2020, mantendo-se nesse valor em 2021. A partir de 2022, houve crescimento notável: 8,1 médicos por 10 mil habitantes, alcançando 9,0 em 2023. A RI Marajó começou com 2,6 em 2019, subindo lentamente até chegar a 5,0 em 2023, ainda abaixo de Breves. Já o estado do Pará apresentou um aumento constante de 8,5 (2019) para 11,0 (2023), mantendo-se como o melhor desempenho entre os recortes (Gráfico 6).

O crescimento em Breves, embora ainda

abaixo da média estadual, é expressivo e revela esforços em ampliar o acesso a profissionais de saúde. A RI Marajó teve crescimento mais modesto, mas ainda assim passou de uma situação crítica para um patamar intermediário. A diferença de 6 médicos por 10 mil habitantes entre o Pará (11,0) e a RI (5,0) em 2023 evidencia disparidades regionais de alocação. O avanço de Breves no pós-pandemia pode ter sido impulsionado por políticas locais de atração de profissionais. A tendência é positiva, mas ainda demanda ações para atingir a média estadual (Gráfico 6).



Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Breves x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 9 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.



ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4**: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.

Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

Breves apresentou em 2019 um total de 315 vagas por mil habitantes, número que caiu para 294 em 2020. Nos anos seguintes, houve uma recuperação com 322 em 2021 e 328 em 2022, antes de nova queda para 292 em 2023. A RI Marajó seguiu trajetória semelhante, indo de 301 (2019) para 289 (2020), com pico de 312 (2022) e queda para 284 (2023). O estado do Pará apresentou níveis bem mais baixos, variando de 212 (2019) para 198 (2023), com leve melhora em 2022 (219) (Gráfico 7).

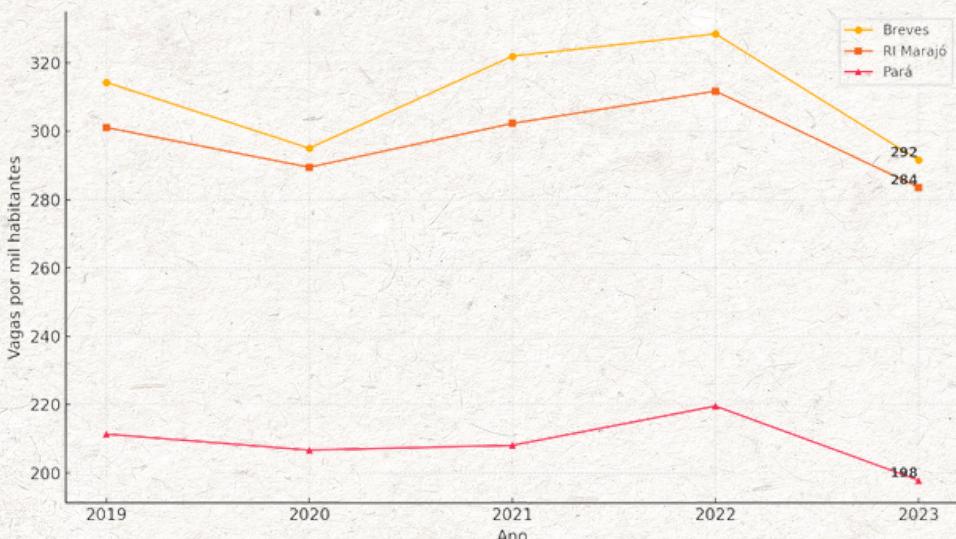
Os dados indicam que Breves e a RI Marajó mantêm níveis de oferta de vagas sig-

nificativamente superior à média estadual. No entanto, a queda registrada em 2023 tanto em Breves quanto na RI sugere possível redução de matrículas, mudanças demográficas ou ajustes orçamentários. O Pará demonstra estabilidade, mas em um patamar inferior, o que pode indicar problemas de acesso ou oferta limitada em outras regiões. A manutenção de altos níveis em Breves até 2022 reflete compromisso com a educação pública. Ainda assim, a queda recente deve ser monitorada para evitar retrocessos no atendimento educacional (Gráfico 7).





Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Breves x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 292 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Escolas com Acesso à Internet

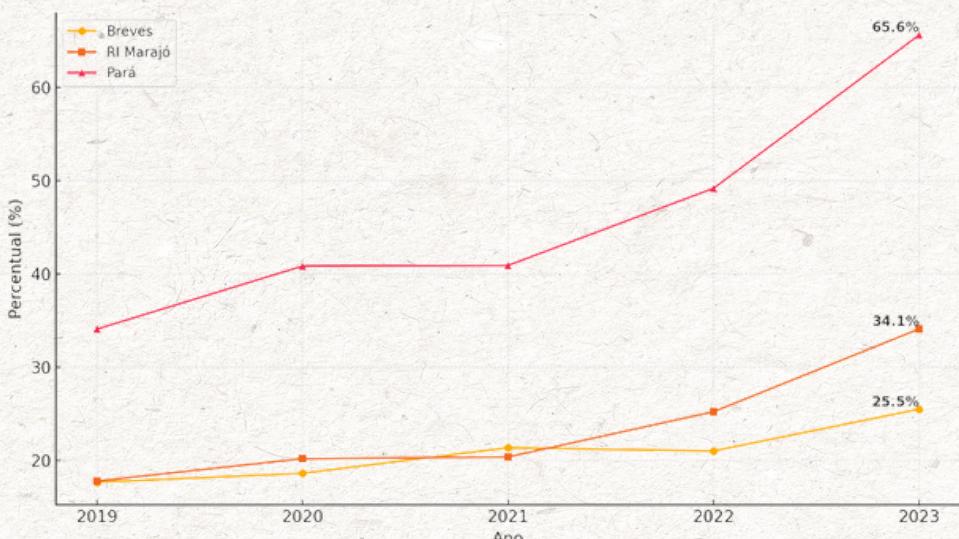
Em Breves, o percentual de escolas com acesso à internet era de apenas 17,8% em 2019, crescendo lentamente para 21,2% em 2021 e 25,5% em 2023. A RI Marajó iniciou com 17,7%, ultrapassando Breves a partir de 2021 (21,1%) e atingindo 34,1% em 2023. Já o estado do Pará demonstrou avanço expressivo: de 34,1% (2019) para 65,6% (2023), praticamente dobrando em quatro anos. O salto ocorreu principalmente entre 2021 (41%) e 2023 (Gráfico 8).

A discrepância entre o desempenho estadual e os dados da RI e de Breves é no-

tável. Mesmo com crescimento, Breves terminou 2023 com menos da metade da média estadual. A RI Marajó teve avanço mais significativo, mas ainda assim está 31 pontos percentuais atrás do estado. Esse dado evidencia as desigualdades no acesso à infraestrutura digital, essencial para o ensino contemporâneo. A aceleração do Pará pode estar vinculada a programas estaduais de conectividade escolar. Em Breves e na RI, é urgente ampliar investimentos para evitar exclusão digital e comprometer a qualidade do ensino (Gráfico 8).



Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Breves x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

Violência Contra a Mulher por Parceiros

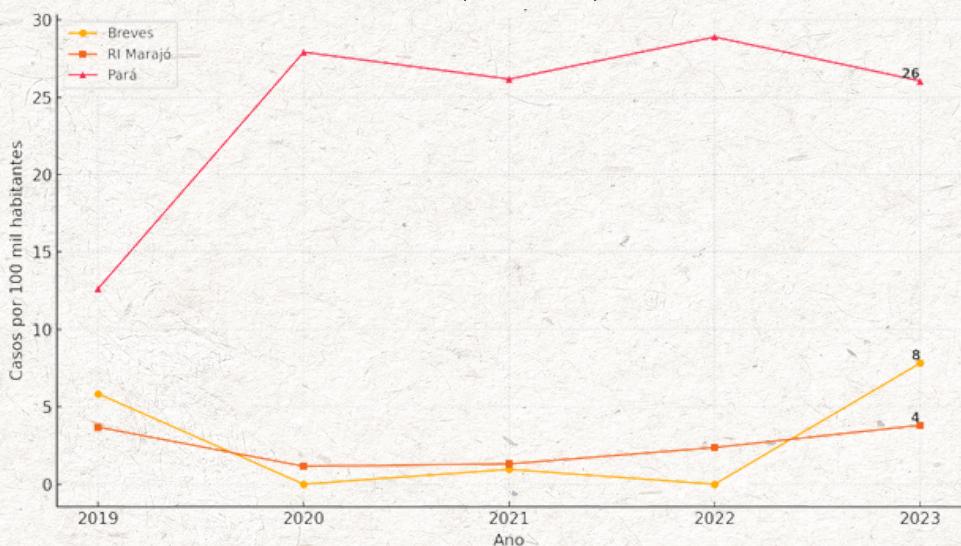


Em Breves, o número de casos era de 5,9 por 100 mil habitantes em 2019, caindo para 0,2 em 2020 e se mantendo abaixo de 1 até 2022. Em 2023, houve um salto expressivo para 8 casos, o maior da série. A RI Marajó partiu de 3,8 em 2019, caiu para 1,3 em 2020, e oscilou até atingir 4,0 em 2023. O estado do Pará apresentou crescimento mais consistente, de 12,7 (2019) para 28,0 (2020), com queda em 2021 (26,2), nova alta em 2022 (28,9) e queda leve para 26,0 em 2023 (Gráfico 9).



A disparidade entre o comportamento do indicador no estado e no município de Breves é marcante. Enquanto o Pará mostra um padrão elevado e contínuo, Breves teve níveis muito baixos entre 2020 e 2022, sugerindo possível subnotificação ou falha nos mecanismos de denúncia. A elevação em 2023 pode refletir maior visibilidade do tema ou melhora no sistema de registro. A RI Marajó também apresenta tendência de crescimento, embora ainda com números bem inferiores aos do estado. O contexto exige políticas de prevenção e canais eficazes de denúncia, especialmente em áreas que podem estar invisibilizando o problema (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Breves x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 8 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

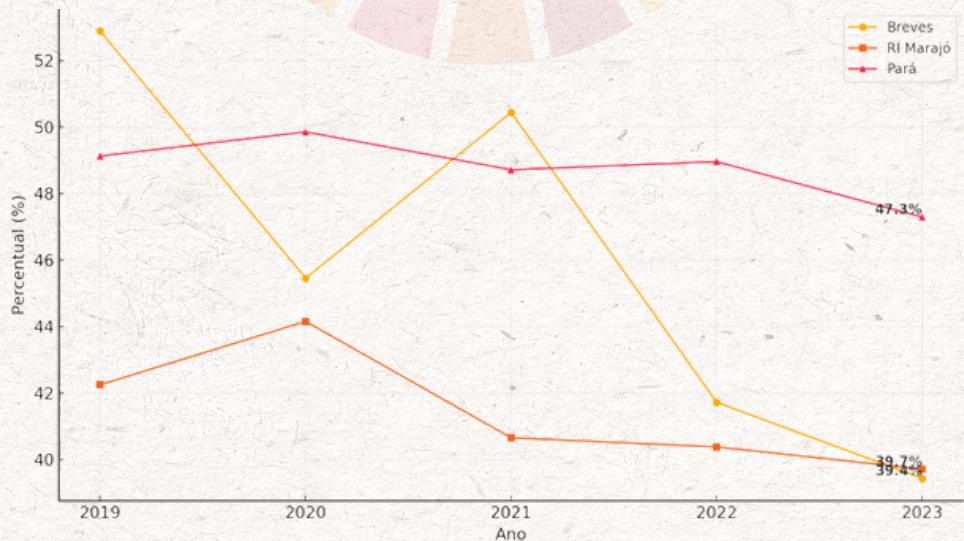
Em Breves, o percentual era de 52,7% em 2019, caindo bruscamente para 45,5% em 2020, com recuperação em 2021 (50,4%) e nova queda significativa nos dois anos seguintes, atingindo 39,7% em 2023. A RI Marajó iniciou com 42,2% e manteve trajetória descendente, encerrando 2023 com 39,4%. Já o Pará manteve estabilidade, entre 48,9% e 49,8% até 2022, caindo levemente para 47,3% em 2023 (Gráfico 10).





Breves apresentou a maior oscilação na série, iniciando como destaque positivo em 2019, mas encerrando abaixo das médias da RI e do estado. A queda nos últimos dois anos indica possível retrocesso na equidade de gênero em posições de liderança local. A RI Marajó mostrou comportamento semelhante, mas com queda mais gradual. O estado do Pará, apesar da leve redução, apresenta estabilidade e permanece acima dos demais recortes. Os dados apontam necessidade de políticas de valorização profissional e promoção de mulheres em cargos de gestão no município (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Breves x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 39,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

Breves apresentou valores extremamente baixos durante todo o período, partindo de 0,1% em 2019 e chegando a apenas 0,3% em 2023. A RI Marajó manteve índice constante de 0,7% de 2019 a 2022, com leve aumento para 0,8% em 2023. Em contraste, o estado do Pará iniciou com 7,0% em 2019 e elevou-se de forma contínua até atingir 11,5% em 2023 (Gráfico 11).

A diferença entre Breves e o estado é alarmante, evidenciando extrema exclusão da população de baixa renda quanto ao acesso à coleta de esgoto. Mesmo a RI Marajó, embora com desempenho ruim, ainda está mais avançada que o município. A evolução positiva do estado aponta ações em escala mais ampla, enquanto os dados locais sugerem ausência de investimentos estruturais. A universalização do saneamento básico continua sendo um desafio urgente para o município. A persistência desses níveis baixos afeta diretamente saúde pública e dignidade da população vulnerável (Gráfico 11).

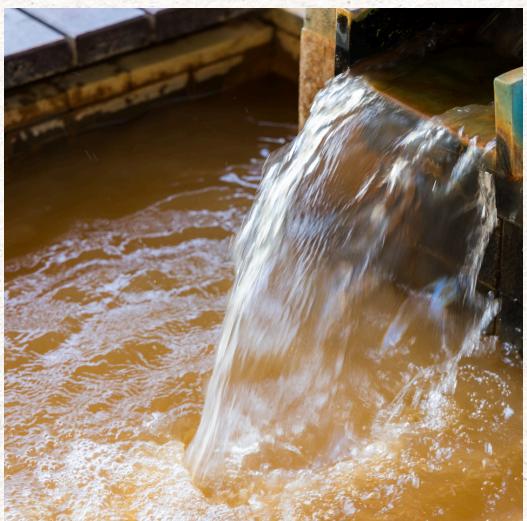
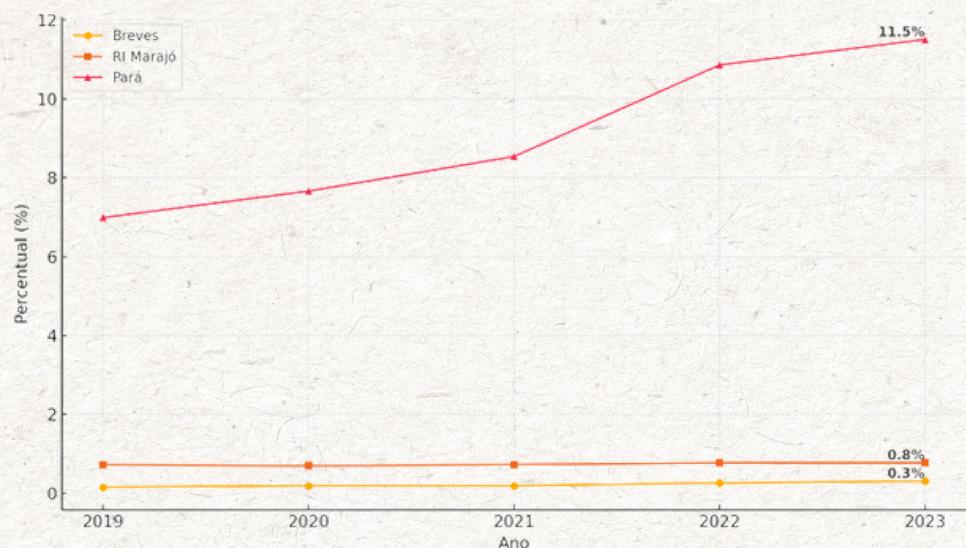




Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Breves x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gasto Municipal com Saneamento per capita

Breves manteve valores nulos entre 2019 e 2022, com o único registro de investimento sendo de R\$ 0,6 per capita em 2023. A RI Marajó variou de R\$ 11,1 (2019) para R\$ 15,6 (2020), caindo para R\$ 6,7 em 2022 e subindo novamente para R\$ 12,0 em 2023. O Pará apresentou valores significativamente mais altos, com crescimento de R\$ 79,2 (2019) para o pico de R\$ 153,5 em 2022, encerrando 2023 com R\$ 137,1 (Gráfico 12).

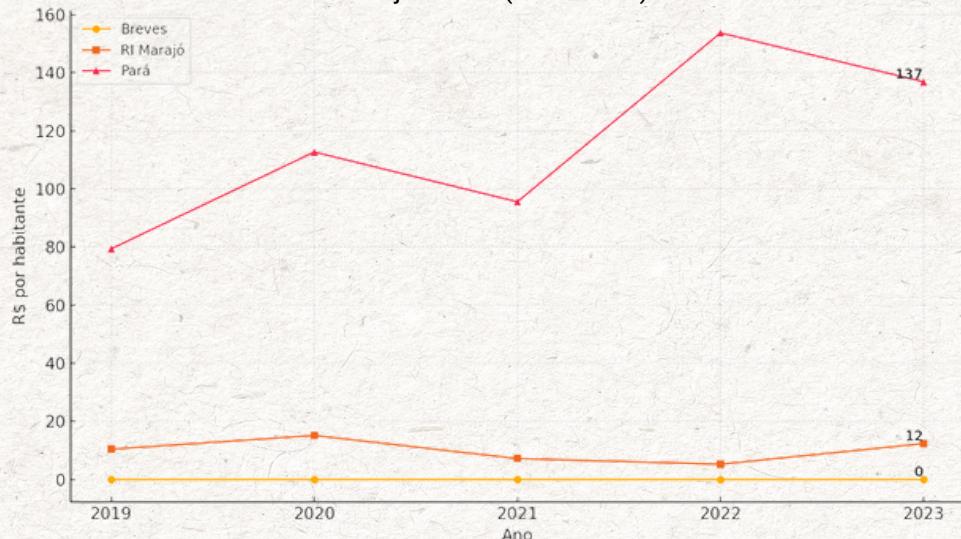
A total ausência de gasto per capita com saneamento em

Breves até 2022 ajuda a explicar o baixíssimo índice de coleta de esgoto no município. Ainda que o investimento de R\$ 0,6 em 2023 represente um início, ele é simbolicamente irrelevante frente à demanda. A RI Marajó mostra flutuações, mas com níveis ainda baixos. Já o estado demonstra compromisso crescente com o tema, o que reforça a necessidade de apoio técnico e financeiro aos municípios mais frágeis. A desigualdade evidencia desigualdades regionais profundas na garantia de direitos básicos (Gráfico 12).





Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Breves x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 0/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 7**: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.

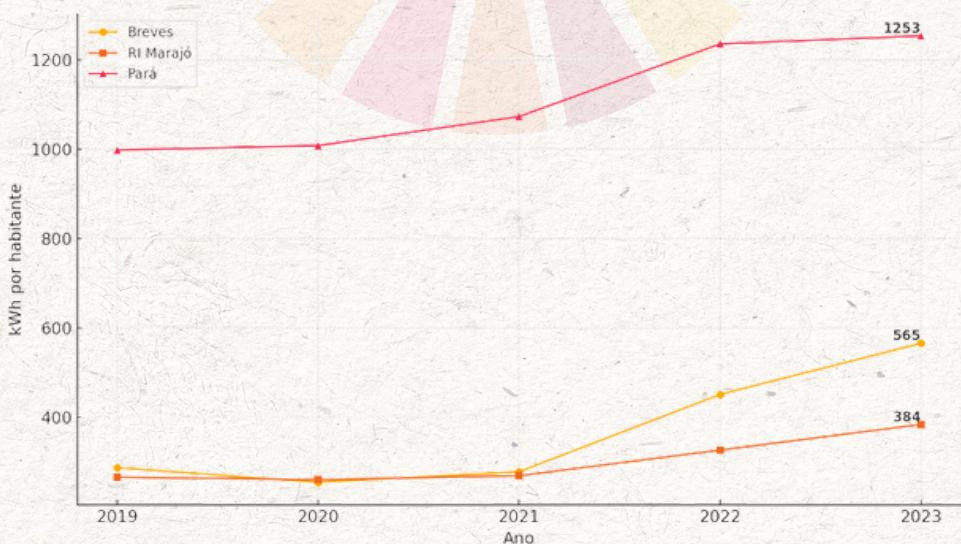


Em Breves, o consumo de energia elétrica per capita era de 286 kWh/hab. em 2019 e caiu para 258 kWh/hab. em 2020. A partir de 2021, iniciou-se um crescimento expressivo: 271 kWh/hab. (2021), 458 kWh/hab. (2022) e 565 kWh/hab. em 2023, representando praticamente uma duplicação em dois anos. A RI Marajó apresentou valores próximos: 268 kWh/hab. em 2020 e 384 kWh/hab. em 2023. Já o estado do Pará manteve-se em patamar muito mais elevado, passando de 996 kWh/hab. (2019) para 1.253 kWh/hab. em 2023 (Gráfico 13).



A trajetória crescente em Breves é positiva, refletindo expansão no acesso ou uso de energia elétrica, mas ainda distante do padrão estadual. A diferença entre Breves e o Pará, de 688 kWh/hab. em 2023, evidencia desigualdades no consumo energético e, por consequência, no acesso a bens e serviços básicos. O crescimento na RI Marajó também foi relevante, embora abaixo do registrado em Breves. O estado do Pará mostrou tendência constante de alta, indicando expansão da infraestrutura elétrica e urbanização. Apesar da evolução recente, a defasagem energética na região do Marajó continua sendo um desafio importante para políticas de inclusão energética (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (kWh/hab.), Breves x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 565 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

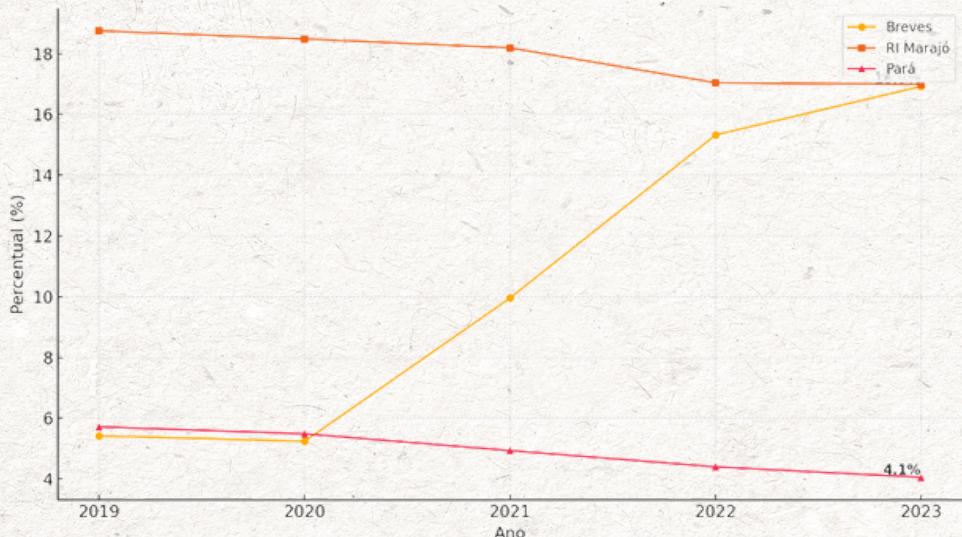
Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

Em Breves, o percentual de domicílios de baixa renda com iluminação fóssil aumentou de 5,4% em 2019 para 16,9% em 2023, com oscilações nos anos intermediários. Em 2020, o índice foi de 5,2%; em 2021, subiu para 10,0%, avançou para 15,3% em 2022. A RI Marajó partiu de 18,8% em 2019 e caiu para 17% em 2023. Já o Pará apresentou queda consistente: de 5,7% (2019) para 4,1% em 2023 (Gráfico 14).



A redução no uso de iluminação fóssil em Breves representa um avanço importante em direção à transição energética, embora o patamar ainda seja alto. A comparação com o estado, que encerrou o período com apenas 4,1%, mostra que os municípios da região do Marajó enfrentam maiores dificuldades de acesso à energia elétrica formal. A RI Marajó, mesmo com desempenho melhor que Breves, ainda apresenta índice elevado. A persistência da iluminação fóssil impacta negativamente a qualidade de vida, segurança e saúde das famílias. Esses dados reforçam a necessidade de investimentos específicos em eletrificação rural e regularização do fornecimento em áreas periféricas e isoladas (Gráfico 14).

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Breves x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 16,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

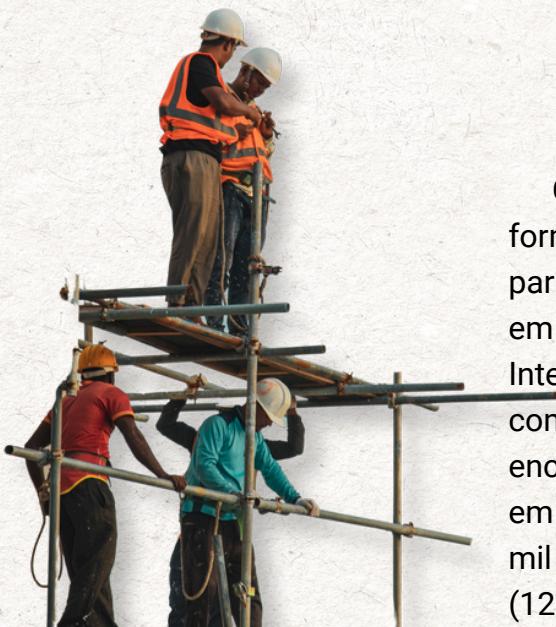


ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.



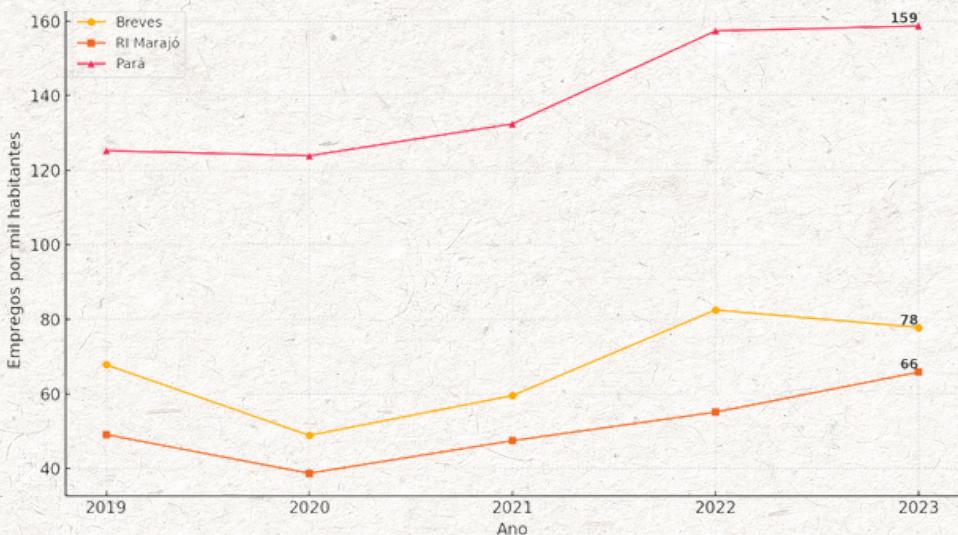
O município de Breves iniciou 2019 com 68 empregos formais por mil habitantes. Em 2020, observou-se queda para 50, seguida de recuperação gradual: 59 em 2021, 83 em 2022 e leve recuo para 78 em 2023. A Região de Integração (RI) Marajó acompanhou essa tendência geral, começando com 49 em 2019, caindo para 38 em 2020 e encerrando com 66 em 2023. Já o estado do Pará iniciou em patamar muito superior, com 126 empregos formais por mil habitantes em 2019 e, mesmo com leve queda em 2020 (124), cresceu consistentemente até alcançar 159 em 2023 (Gráfico 15).

Empregos Formais por Mil Habitantes

Nota-se que, embora Breves tenha ampliado consideravelmente seu número de empregos formais entre 2020 e 2022, o ritmo desacelerou em 2023. O desempenho da RI Marajó mostra recuperação mais modesta, mas contínua, enquanto o Pará demonstra maior estabilidade e expansão econômica mais robusta. A diferença entre Breves e o estado foi de 81 empregos por mil habitantes em 2023, indicando grande disparidade no mercado formal de trabalho. Ainda que a tendência seja positiva para o município, o gap em relação à média estadual evidencia desafios estruturais. Esses dados apontam para a importância de políticas locais voltadas à formalização e geração de empregos. O desempenho recente é animador, mas ainda insuficiente frente à média estadual (Gráfico 15).



Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Breves x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 78 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

PIB per capita

Em Breves, o PIB per capita era de R\$ 8.022 em 2018, com queda em 2019 para R\$ 7.978. A partir de 2020, observou-se recuperação progressiva: R\$ 8.305 (2020), R\$ 8.537 (2021) e R\$ 8.613 (2022). A RI Marajó manteve desempenho superior, iniciando com R\$ 9.105 em 2018 e crescendo até R\$ 10.162 em 2022. Já o estado do Pará apresentou trajetória muito mais expressiva, passando de R\$ 18.943 em 2018 para R\$ 33.954 em 2022 um crescimento de quase 80% (Gráfico 16).

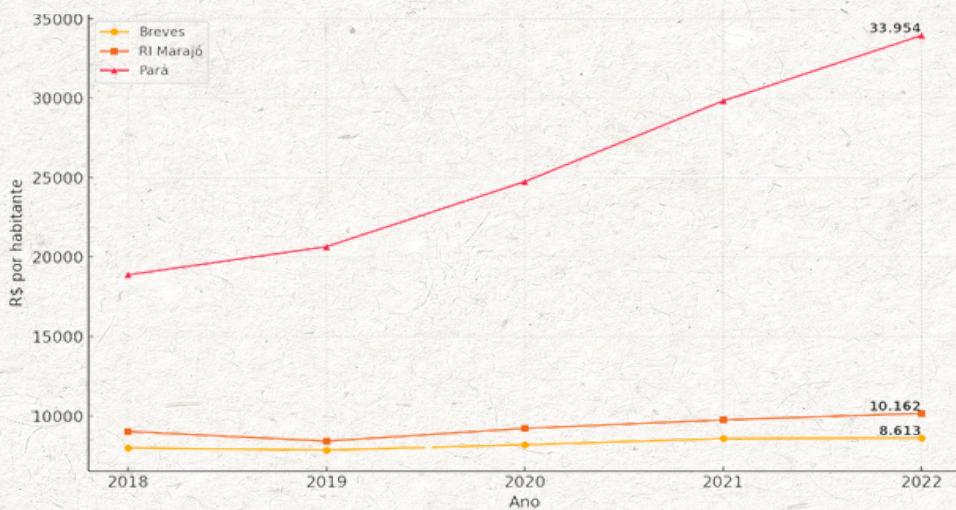
A estagnação no PIB per capita de Breves contrasta fortemente com o dinamismo observado em nível estadual. A-



pesar da recuperação modesta, o município segue com uma economia de baixa produtividade per capita. A diferença em 2022 foi de R\$ 25.341 entre o Pará e Breves, refletindo concentração de renda e produção em outros territórios do estado. A RI Marajó, embora acima de Breves, também está bem abaixo da média estadual. A evolução mostra que o crescimento econômico do Pará não se distribuiu de forma uniforme. Breves precisa de investimentos estruturantes para transformar seu potencial produtivo em ganho de renda efetivo para sua população (Gráfico 16).



Gráfico16 - PIB per capita, Breves x RI Marajó x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 8.613/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiental.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.



Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)



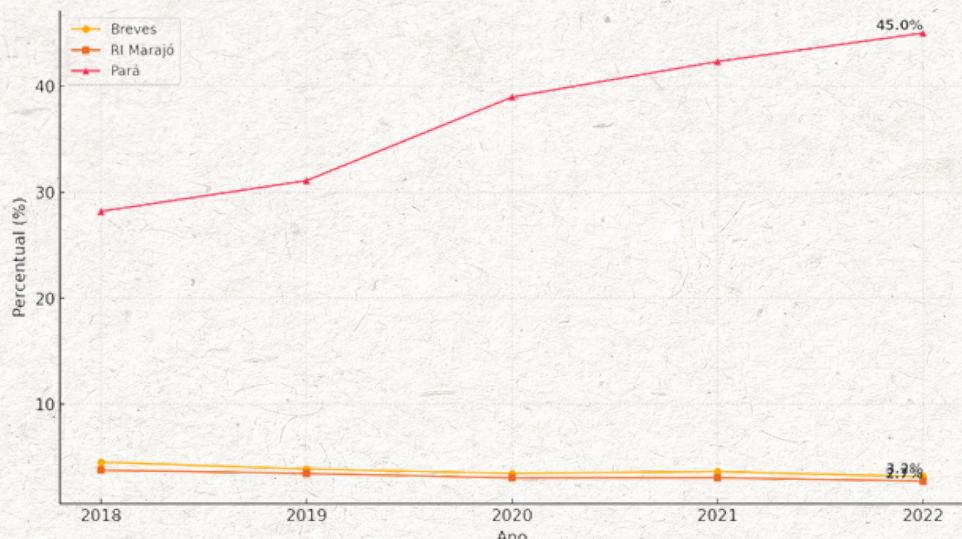
Breves iniciou 2018 com 4,4% do seu PIB composto pelo valor adicionado da indústria, recuando para 4,0% em 2019 e atingindo 3,2% em 2022. A RI Marajó apresentou padrão semelhante, começando com 3,7% em 2018, com leve oscilação até 3,4% em 2022. Por outro lado, o estado do Pará mostrou crescimento contínuo: de 28,5% (2018) para impressionantes 45,0% em 2022, evidenciando expansão industrial relevante no estado como um todo (Gráfico 17).

A retração da indústria em Breves reflete perda de dinamismo ou baixa diversificação econômica. Enquanto o Pará se industrializa de maneira acelerada, puxado por grandes projetos minerais e de energia, os municípios da RI Marajó permanecem à margem desse processo. A discrepância de 41,7 pontos percentuais entre o Pará (45,0%) e Breves (3,3%) em 2022 revela uma concentração regional da atividade industrial. Isso limita as oportunidades locais de geração de emprego e valor. A participação industrial quase estagnada na região reforça a urgência de políticas de descentralização produtiva e incentivos à indústria local e regional (Gráfico 17).





Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Breves x RI Marajó x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 3,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

Em Breves, o número de profissionais da ciência por 100 mil habitantes caiu de 22,9 em 2019 para 14,8 em 2020, marcando o ponto mais baixo da série. A partir de 2021, houve recuperação significativa: 16,1 (2021), 27,7 (2022) e 28,0 (2023). A RI Marajó também apresentou crescimento, saindo de 9,1 (2019) para 13,0 em 2023, apesar de



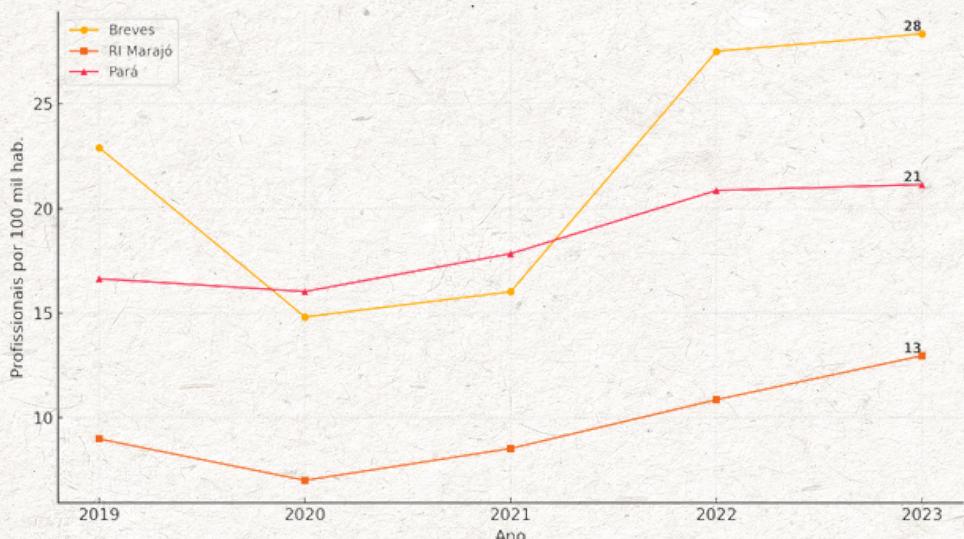
ter iniciado com queda até 2020 (6,9). O estado do Pará registrou avanço contínuo: de 16,7 (2019) para 21,0 (2023), com leve queda apenas em 2020 (15,9) (Gráfico 18).



A performance de Breves se destaca no período recente, superando os demais recortes desde 2022. A queda inicial pode estar ligada à evasão ou à subnotificação, possivelmente agravada pela pandemia. Já a expressiva recuperação a partir de 2021 indica possível valorização institucional da pesquisa, da educação técnica e científica ou de maior registro formal da categoria. A RI Marajó manteve crescimento constante, mas com patamar mais baixo. O Pará, com crescimento estável, ainda mostra maior homogeneidade territorial, mas abaixo do desempenho final de Breves em 2023 (Gráfico 18).



Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Breves x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 28 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta foi alcançada.

ODS10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10:** Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reducir a desigualdade dentro dos países e entre eles





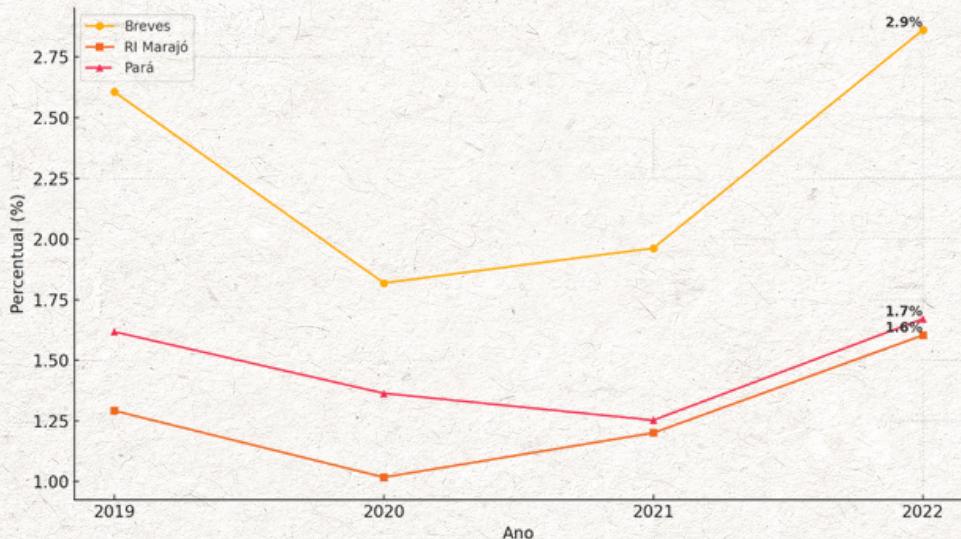
Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

Em Breves, a massa salarial formal representava 2,6% do PIB em 2019, caindo para 1,8% em 2020. O indicador voltou a crescer lentamente em 2021 (2,0%) e fechou 2022 com forte alta, atingindo 2,9%. A RI Marajó teve comportamento semelhante, indo de 1,3% (2019) para 1,0% (2020) e alcançando 1,6% em 2022. O estado do Pará oscilou menos, com 1,6% (2019), 1,3% (2020), 1,25% (2021) e 1,7% em 2022 (Gráfico 19).

Apesar da queda generalizada em 2020, atribuída aos impactos da pandemia, Breves

foi o município que mais se destacou na recuperação. Em 2022, sua massa salarial formal foi 1,2 ponto percentual superior à média estadual, sinalizando dinamismo econômico no mercado de trabalho formal. O crescimento pode refletir aumento de contratações com remunerações maiores ou expansão de setores formais da economia. A RI Marajó seguiu tendência semelhante, mas com recuperação mais modesta. O desempenho de Breves em 2022 reforça seu protagonismo recente na geração de renda formal frente aos demais recortes (Gráfico 19).

**Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB),
Breves x RI Marajó x Pará (2019-2022)**



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

Acesso à Telefonia Móvel

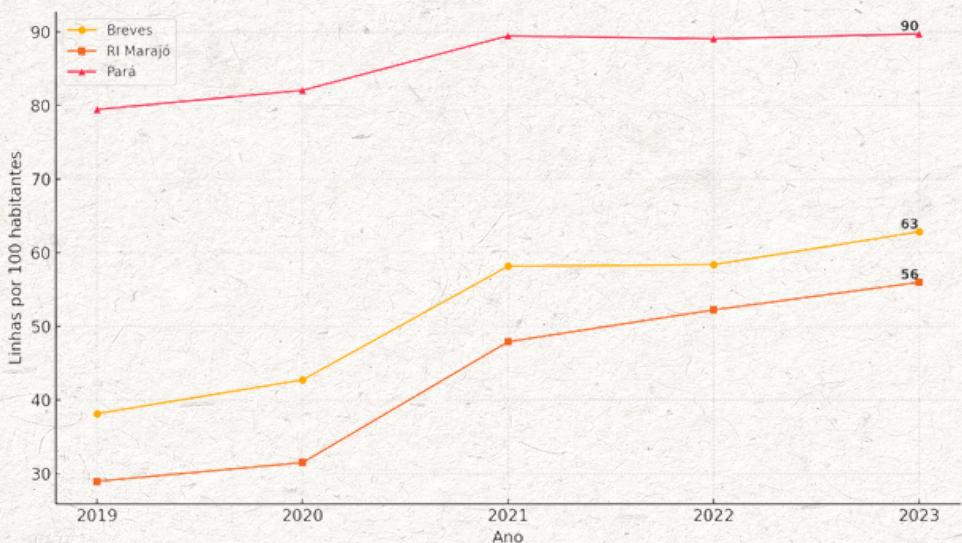
Em Breves, o acesso à telefonia móvel cresceu de 38 linhas por 100 habitantes em 2019 para 63 em 2023, com avanço mais acentuado entre 2020 (43) e 2021 (58). A RI Marajó também teve crescimento expressivo, de 29 (2019) para 56 linhas por 100 habitantes em 2023. O estado do Pará já apresentava alta cobertura, com 80 linhas em 2019, atingindo 90 em 2023. O salto em Breves indica expansão das operadoras ou aumento na aquisição de linhas por pessoa (Gráfico 20).

Apesar do crescimento, Breves ainda apresenta um nível de acesso inferior ao estadual, com diferença de 27 pontos em 2023. A região do Marajó tem acompanhado esse crescimento, mas segue abaixo da média estadual, evidenciando desigualdades no acesso a infraestrutura digital e de comunicação. O avanço pode estar associado à expansão da cobertura móvel e ao barateamento de planos. A melhoria do indicador é positiva, mas ainda há margem para políticas públicas de incentivo à conectividade em áreas mais isoladas (Gráfico 20).





Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Breves x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 63 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental

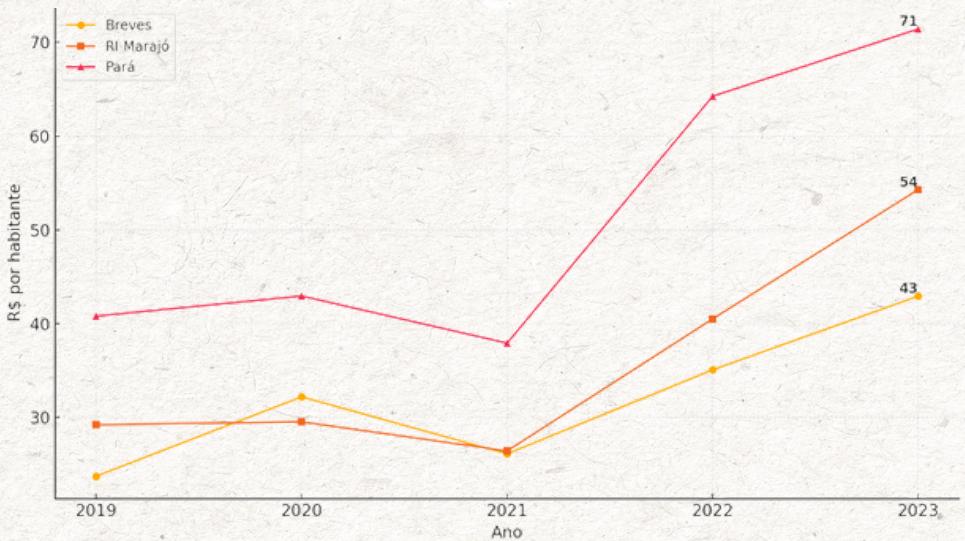
Em Breves, o gasto per capita com cultura e gestão ambiental era de R\$ 23,3 em 2019, subindo para R\$ 32,1 em 2020, mas caindo para R\$ 26,0 em 2021. A partir daí, houve retomada: R\$ 35,2 em 2022 e R\$ 43,0 em 2023. A RI Marajó manteve valores semelhantes, partindo de R\$ 29,1 (2019) e encerrando com R\$ 54,3 em 2023. Já o Pará teve aumento consistente, de R\$ 40,7 (2019) para R\$ 71,0 por habitante em 2023 (Gráfico 21).

A trajetória oscilante em Breves pode refle-

tir variações orçamentárias locais ou mudanças de prioridade na gestão municipal. Ainda que a recuperação recente seja positiva, o município investe menos que o estado e sua própria região. A diferença de quase R\$ 28 por habitante entre Breves e o Pará em 2023 evidencia desigualdade na promoção do acesso à cultura e políticas ambientais. Investimentos contínuos nessas áreas são fundamentais para inclusão, sustentabilidade e qualidade de vida (Gráfico 21).



Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Breves x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 43/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 93/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

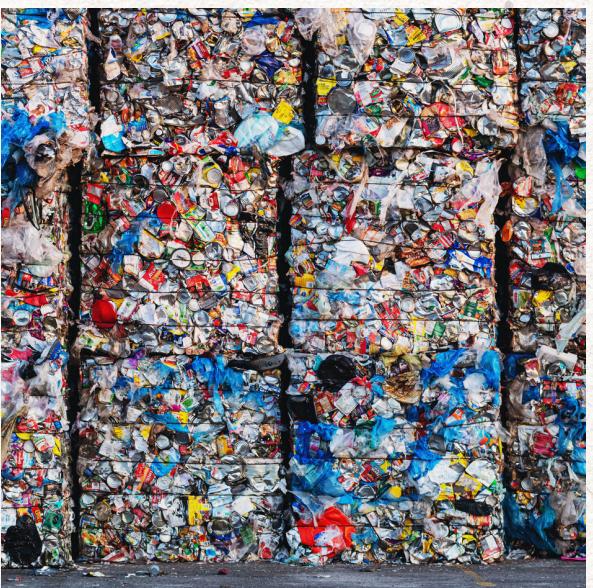
Fonte: STN e IBGE.

ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao ODS 12: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.





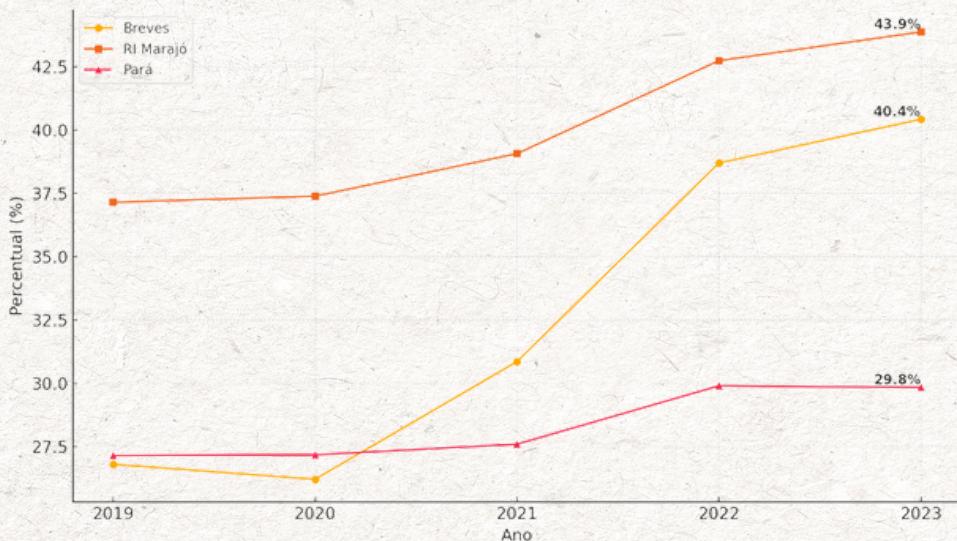
Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

Em Breves, o percentual da população de baixa renda que queima ou enterra lixo subiu de 26,8% em 2019 para 40,4% em 2023. A elevação foi mais acentuada entre 2021 (31,1%) e 2022 (38,6%). A RI Marajó também apresentou aumento constante, de 37,2% (2019) para 43,9% (2023). O estado do Pará manteve-se mais estável, iniciando com 27,0% em 2019 e chegando a 29,8% em 2023 (Gráfico 22).

O crescimento contínuo do indicador em Breves e na RI evidencia o agravamento da

precariedade na gestão de resíduos sólidos nas áreas mais vulneráveis. Esse comportamento é preocupante, pois a prática de queimar ou enterrar lixo está associada a riscos ambientais e à saúde pública. A diferença entre Breves e o Pará saltou de -0,2 ponto percentual em 2019 para +10,6 em 2023. Esse distanciamento indica deterioração das condições sanitárias nos territórios mais pobres da região. É necessária uma política de coleta regular e adequada, especialmente voltada às comunidades de baixa renda (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Breves x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 40,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



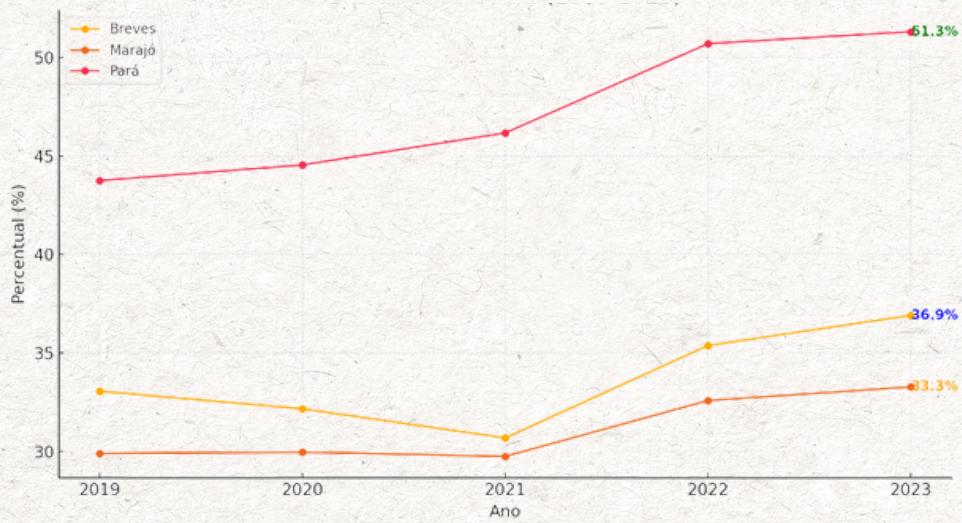
População de Baixa Renda com fossa rudimentar

Em Breves, o percentual da população de baixa renda com fossa rudimentar passou de 33,1% em 2019 para 36,9% em 2023. Após uma leve queda até 2021 (30,7%), os valores voltaram a subir, com alta expressiva em 2022 (35,3%). A RI Marajó manteve-se relativamente estável até 2021 (29,5%), encerrando com 33,3% em 2023. O estado do Pará teve crescimento contínuo de 43,8% (2019) para 51,3% em 2023 (Gráfico 23).

Embora Breves e a RI Marajó tenham percentuais menores que o estado, os dados

evidenciam um crescimento da precariedade no saneamento básico local. A maior parte da população de baixa renda segue sem acesso a sistemas adequados de esgotamento. O crescimento nos três recortes territoriais sinaliza ausência de políticas eficazes de saneamento nos últimos anos. A situação é ainda mais crítica no Pará, onde mais da metade da população pobre usa fossas rudimentares. A reversão desse cenário exige investimentos estruturais e programas específicos voltados à universalização do saneamento (Gráfico 23).

Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Breves x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 36,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima).

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.



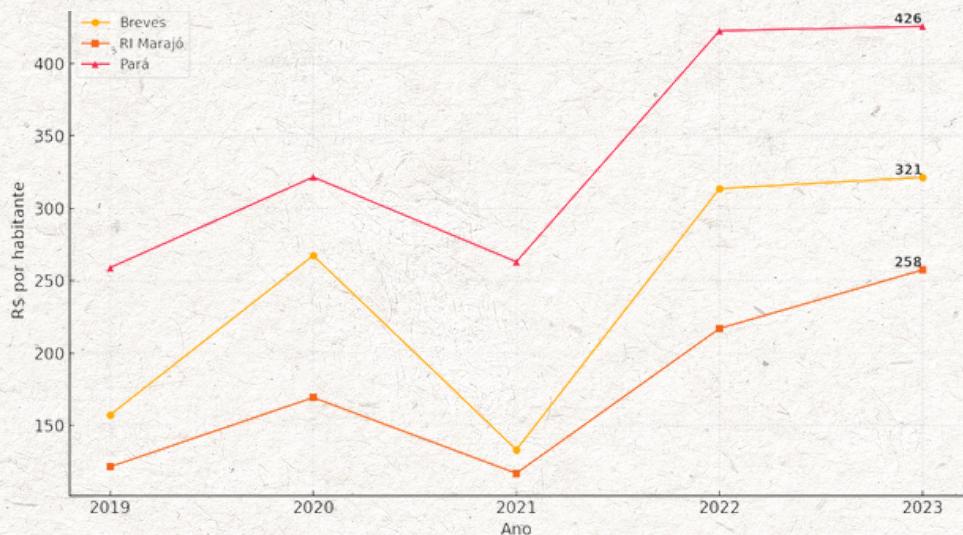
Gastos per capita com prevenção de desastres

Em Breves, os gastos per capita com prevenção de desastres apresentaram oscilação relevante, começando em R\$ 158 em 2019 e subindo para R\$ 267 em 2020. Em 2021 houve uma queda acentuada para R\$ 134, seguida por recuperação expressiva para R\$ 316 em 2022 e R\$ 321 em 2023. A RI Marajó apresentou trajetória semelhante: de R\$ 121 (2019) para R\$ 258 (2023), com queda intermediária em 2021 (R\$ 113). Já o estado do Pará manteve os maiores valores da série, saltando de R\$ 259 (2019) para R\$ 426 em 2023 (Gráfico 24).



A tendência geral foi de crescimento nos gastos ao longo do período, com destaque para o avanço entre 2021 e 2023 em todos os níveis. O comportamento indica aumento da preocupação com medidas preventivas, provavelmente impulsionado por eventos climáticos extremos e políticas de adaptação. Breves, apesar de oscilar, praticamente dobrou seus investimentos per capita no período. O Pará lidera com folga, sugerindo maior capacidade fiscal e estratégia abrangente em defesa civil. O aumento regionalizado na RI Marajó também é positivo, ainda que os valores absolutos permaneçam inferiores à média estadual (Gráfico 24).

**Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres,
Breves x RI Marajó x Pará (2019-2023)**



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 321/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS14 VIDA NA ÁGUA

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14: Despesa per capita com preservação aquática**.

Despesa per capita com preservação aquática

Breves apresentou evolução relevante nos gastos com preservação aquática, saindo de R\$ 176 em 2019 para R\$ 438 em 2023. Os valores oscilaram entre os anos: R\$ 221 (2020), R\$ 327 (2021), queda em 2022 para R\$ 259, e novo avanço em 2023. A RI Marajó lidera com folga, indo de R\$ 745 (2019) para R\$ 1.160 em 2023, mesmo com recuo em 2021 (R\$ 941). O estado do Pará, por sua vez, passou de R\$ 191 (2019) para R\$ 287 em 2023, também com oscilação intermediária (Gráfico 25).

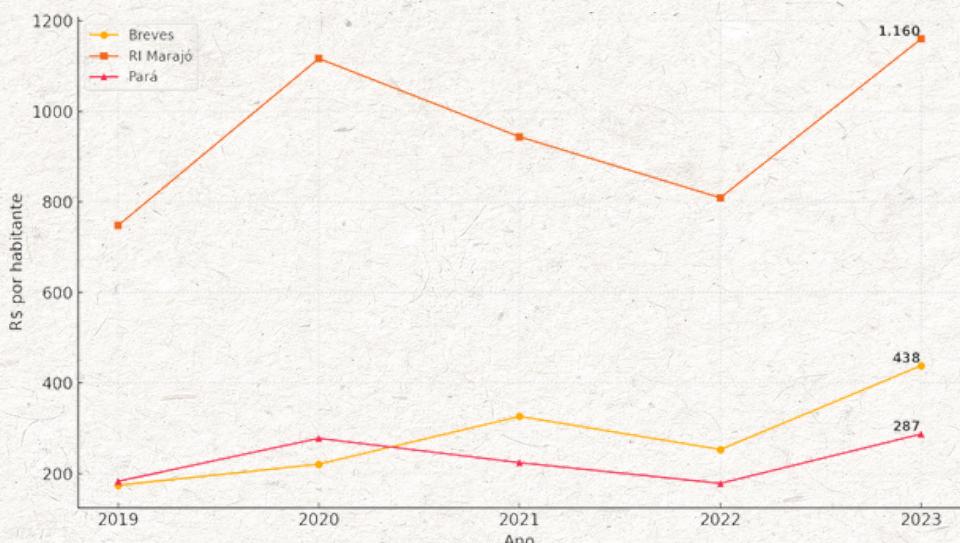
Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.



A RI Marajó concentra o maior esforço per capita, provavelmente refletindo sua característica territorial e dependência de recursos hídricos. Breves aumentou seus gastos, mas ainda investe menos da metade do valor da RI. O Pará manteve crescimento moderado e constante. A retomada dos valores em 2023 após quedas anteriores pode estar ligada à retomada de investimentos ambientais pós-pandemia. A importância da preservação aquática é estratégica na região amazônica, e esses dados apontam avanços, mas também desigualdades territoriais nos esforços de conservação (Gráfico 25).



Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Breves x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 438/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

ODS15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.



Percentual da Área de Floresta em relação à área total

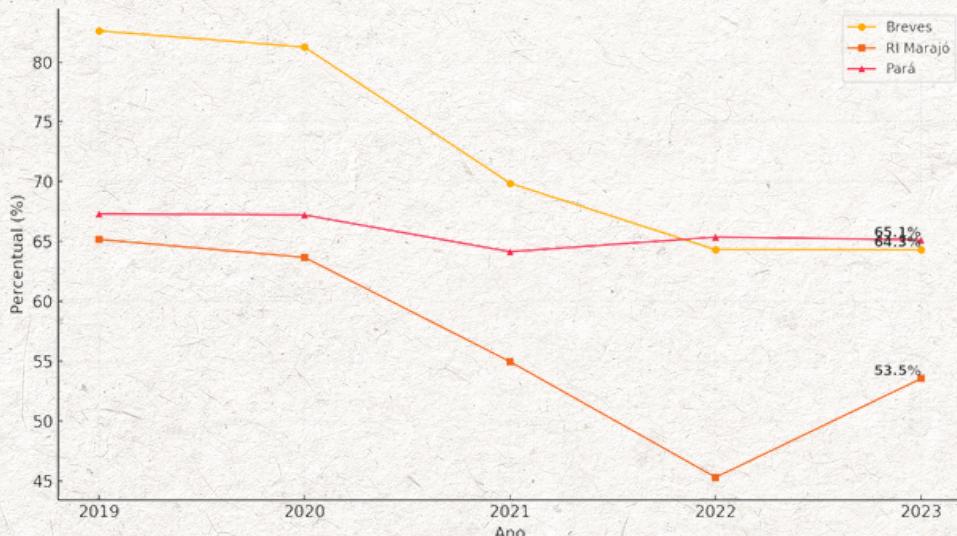
Breves iniciou o período com alta cobertura florestal (82,3% em 2019), mas apresentou forte retração até 2022, atingindo 64,5%, com leve recuperação para 64,3% em 2023. A RI Marajó também sofreu perdas expressivas, de 65,1% (2019) para 45,1% em 2022, subindo para 53,5% em 2023. O estado do Pará manteve relativa estabilidade, oscilando entre 66,9% (2019) e 65,4% (2023) (Gráfico 26).

A queda significativa na cobertura florestal em Breves e na RI é preocupante, indicando

avanço do desmatamento ou mudança de uso da terra. O estado como um todo conseguiu manter níveis estáveis, sugerindo que a degradação se concentrou em áreas específicas. A recuperação em 2023 em Breves e na RI pode ser efeito de ações de recomposição florestal ou revisão cadastral. Apesar disso, os níveis permanecem abaixo dos registrados no início da série. O monitoramento contínuo e políticas de proteção florestal regionalizadas são fundamentais para estancar a perda de vegetação nativa (Gráfico 26).



**Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total,
Breves x RI Marajó x Pará (2019-2023)**



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 64,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



Percentual da Área Desmatada em relação à área total

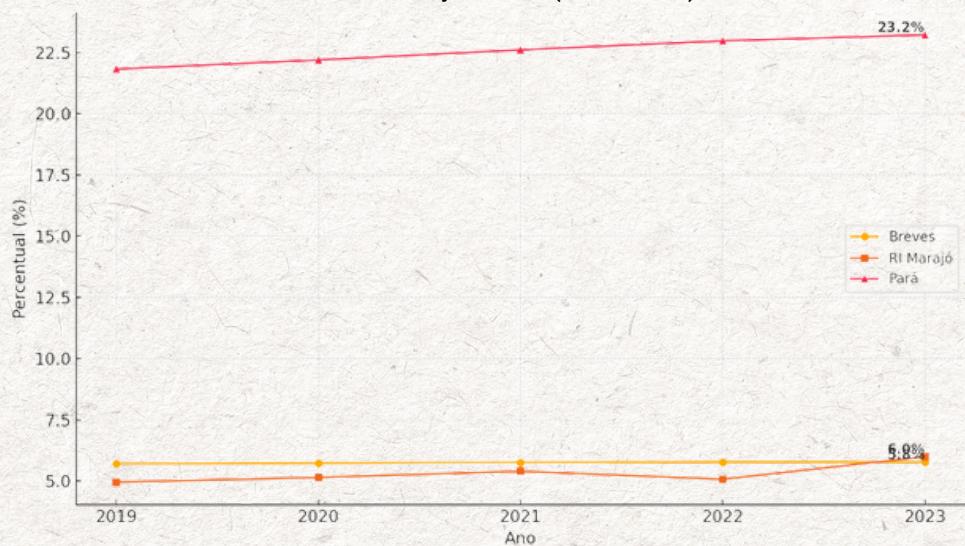
No município de Breves, o percentual da área desmatada manteve-se estável entre 2019 e 2022, com valores próximos de 5,8%. Em 2019 e 2020, o índice era de 5,8%, permanecendo igual em 2021 e 2022. Em 2023, houve um aumento para 5,8%, indicando um crescimento de 1 ponto percentual no último ano. A Região de Integração (RI) do Marajó apresentou trajetória semelhante, iniciando com 4,9% em 2019 e aumentando gradualmente até 5,8% em 2023. Já o estado do Pará, que possui os maiores percentuais, começou com 21,9% em 2019 e encerrou o período com 23,2% em 2023 (Gráfico 27).

A estabilidade observada até

2022 em Breves e na RI Marajó sugeriu controle do avanço do desmatamento nesses territórios. No entanto, o crescimento de 2023 é um alerta, pois interrompe a tendência de contenção e aponta para aumento recente da pressão sobre os recursos naturais. Apesar de Breves estar muito abaixo do patamar estadual – cuja taxa é mais de três vezes maior –, o salto percentual recente exige atenção. O cenário no Pará revela uma elevação contínua ao longo do período, o que reforça a necessidade de fortalecimento de ações de fiscalização ambiental. A manutenção das áreas de floresta depende do controle efetivo do desmatamento em todos os níveis territoriais (Gráfico 27).



Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Breves x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 5,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

Em Breves, a taxa de trabalho infantil apresentou queda constante entre 2019 e 2023. Em 2019, havia 7 casos por 100 mil habitantes, número que caiu para 5 em 2020, 3 em 2021, manteve-se em 3 em 2022 e chegou a apenas 2 casos em 2023. A RI Marajó iniciou o período com 147 casos em 2019 e apresentou forte redução, chegando a 42 casos em 2023. O estado do Pará também reduziu significativamente, de 39 casos em 2019 para 11 em 2023 (Gráfico 28).

Essa tendência de queda indica esforços bem-sucedidos na redução do trabalho infantil

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

nos três níveis territoriais. Breves manteve indicadores consistentemente inferiores à média estadual e regional, o que pode refletir ações específicas de proteção infantil no município. A redução mais acentuada ocorreu na RI Marajó, que cortou sua taxa em mais de 70% no período. Ainda assim, os valores absolutos continuam preocupantes, principalmente na região. É fundamental manter políticas públicas integradas de educação, assistência social e fiscalização para erradicar o trabalho infantil de forma definitiva (Gráfico 28).

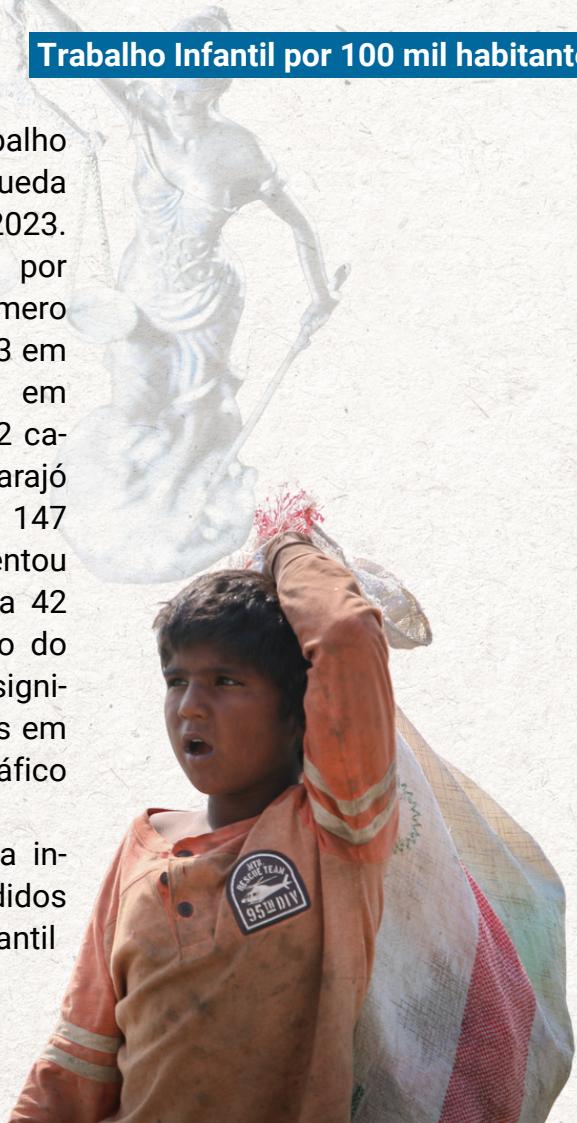
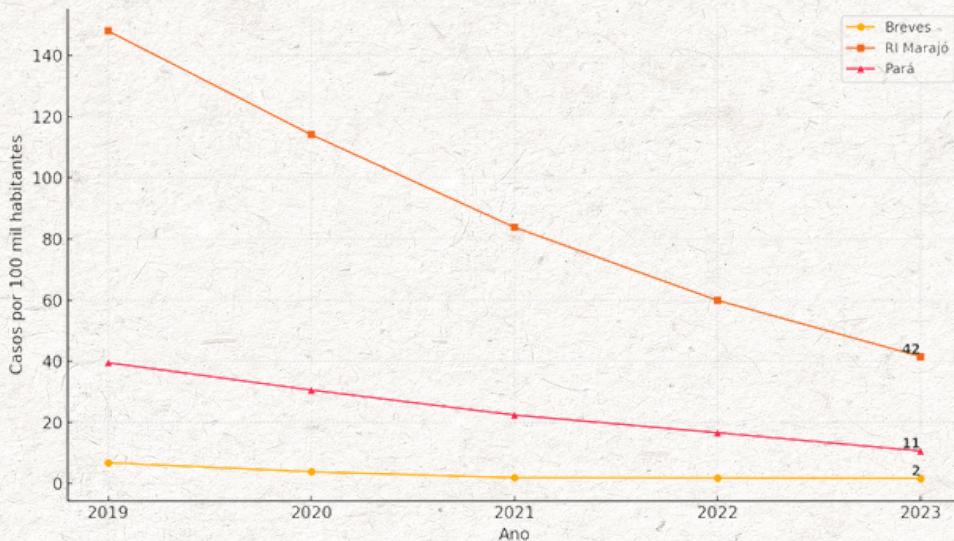




Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Breves x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

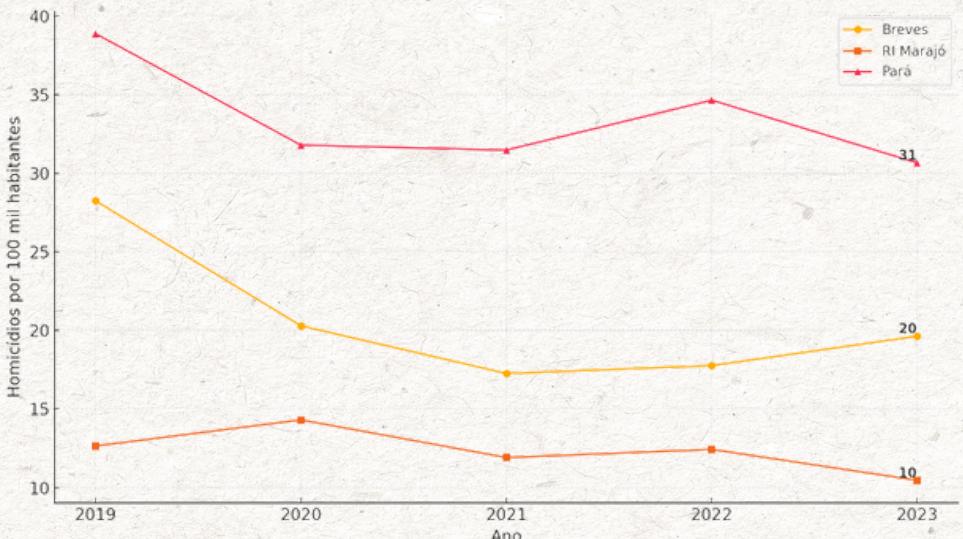
Em Breves, a taxa de homicídios caiu de 28,3 por 100 mil habitantes em 2019 para 20,0 em 2023, passando por 20,4 em 2020, 17,4 em 2021, e 17,9 em 2022. A RI Marajó iniciou com 12,7 em 2019 e terminou com 10,1 em 2023, apresentando leve oscilação entre os anos. Já o estado do Pará registrou uma queda de 38,8 em 2019 para 31,0 em 2023, embora com um pico em 2022, quando chegou a 34,6 (Gráfico 29).

Apesar da redução geral, Breves ainda registra taxas elevadas em comparação à RI

Marajó. O município teve queda de 8,3 pontos percentuais no período, mas ainda assim apresenta índices quase o dobro da sua região. O Pará, mesmo com a maior taxa entre os três recortes, apresentou uma queda total de 7,8 pontos, embora com alguma instabilidade no meio da série. Os dados indicam melhora, mas apontam que a violência letal ainda representa um desafio considerável, exigindo políticas contínuas de segurança, inclusão social e justiça criminal (Gráfico 29).



Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Breves x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 20 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Fonte: DATASUS e IBGE.

ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao ODS 17: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.



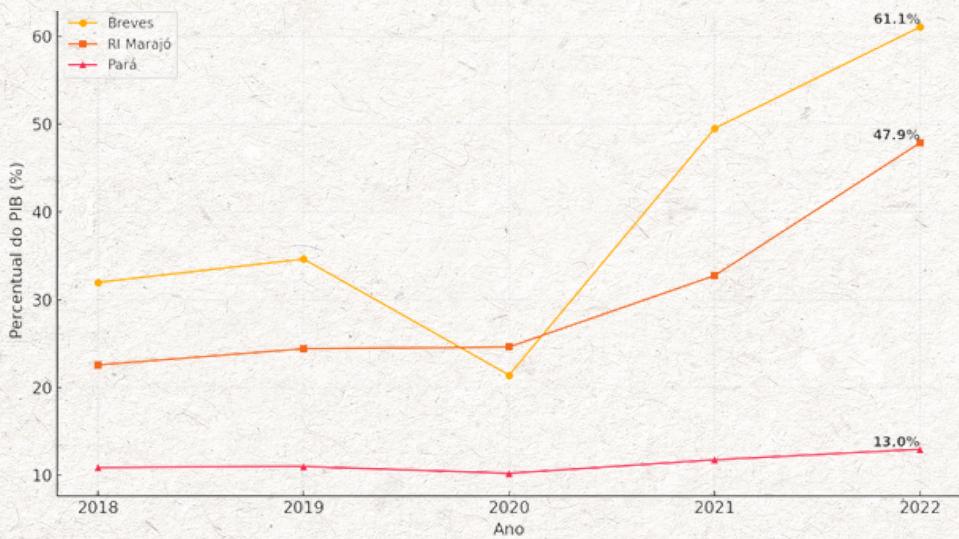


Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

O município de Breves apresentou significativa elevação no gasto público municipal como percentual do PIB entre 2018 e 2022. Em 2018, o indicador era de 32,1% e subiu para 34,7% em 2019, antes de cair drasticamente para 21,5% em 2020. A partir desse ponto, iniciou-se uma trajetória de alta acentuada, com 49,3% em 2021 e um pico de 61,1% em 2022. A Região de Integração (RI) do Marajó seguiu padrão semelhante: partiu de 22,5% em 2018 e chegou a 47,9% em 2022, após crescimento contínuo a partir de 2020. Já o estado do Pará mostrou pouca variação, oscilando entre 10,4% (2018) e 13,0% (2022), com leve alta (Gráfico 30).

A disparidade entre os níveis territoriais chama atenção. Enquanto o Pará manteve relativa estabilidade, Breves e a RI Marajó mostraram crescimento vigoroso após 2020, o que pode estar associado a aumentos no volume de transferências intergovernamentais, elevação de despesas correntes ou contração da base produtiva (PIB). O salto de quase 40 pontos percentuais em Breves entre 2020 e 2022 sugere um desequilíbrio entre capacidade produtiva e necessidade de financiamento de políticas públicas. Isso pode refletir maior dependência da máquina pública para impulsionar a economia local. A sustentabilidade fiscal e os impactos no equilíbrio orçamentário merecem atenção no médio prazo (Gráfico 30).

Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Breves x RI Marajó x Pará (2018-2022)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 61,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta foi alcançada.



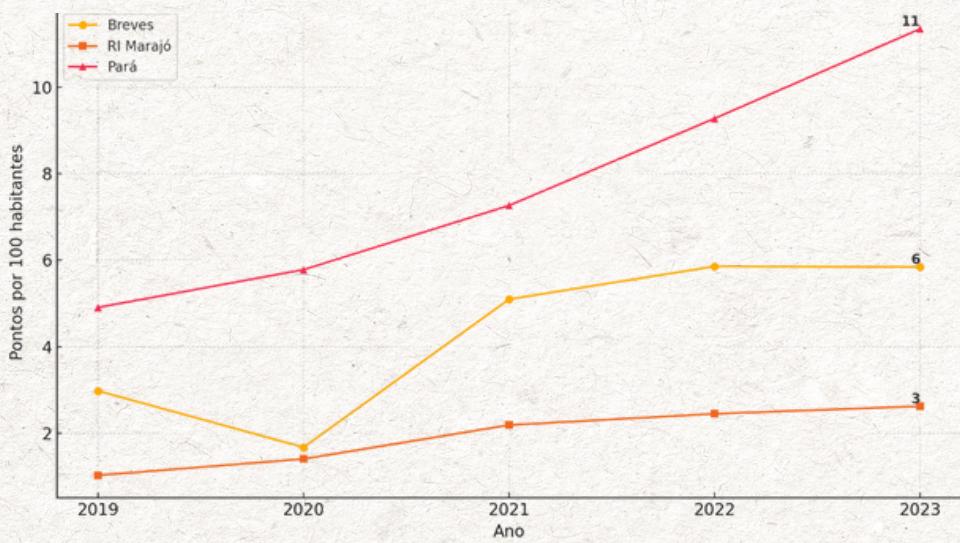
Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

Em Breves, o acesso à banda larga fixa oscilou entre 2019 e 2023, mas apresentou crescimento no período. O município iniciou com 3,0 pontos por 100 habitantes em 2019, caindo para 1,7 em 2020, o menor valor da série. Em 2021, houve forte recuperação para 5,1 pontos, seguida de leve avanço para 5,9 em 2022, e estabilização em 6,0 pontos em 2023. Na RI Marajó, o progresso também foi gradual: 1,0 ponto em 2019, 1,4 em 2020, 2,2 em 2021, 2,5 em 2022 e 3,0 pontos em 2023. O estado do Pará, por sua vez, demonstrou trajetória mais robusta, passando de 4,9 pontos em 2019 para 11,0 em 2023 (Gráfico 31).

A comparação revela que Breves superou sua região (RI Marajó) em todos os anos, mas per-

manece com acesso muito abaixo da média estadual. A distância entre Breves e o Pará, que era de 1,9 ponto em 2019, aumentou para 5,0 pontos em 2023, evidenciando uma lacuna crescente no acesso digital. Apesar disso, a evolução percentual do município entre 2020 e 2021 foi significativa, saltando 200% em apenas um ano. O desempenho de Breves pode indicar esforços pontuais de infraestrutura digital, embora ainda insuficientes para acompanhar o avanço estadual. A estabilidade de 2022 para 2023 sugere a necessidade de novas políticas públicas e investimentos para ampliar a inclusão digital e a conectividade no território (Gráfico 31).

Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Breves x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

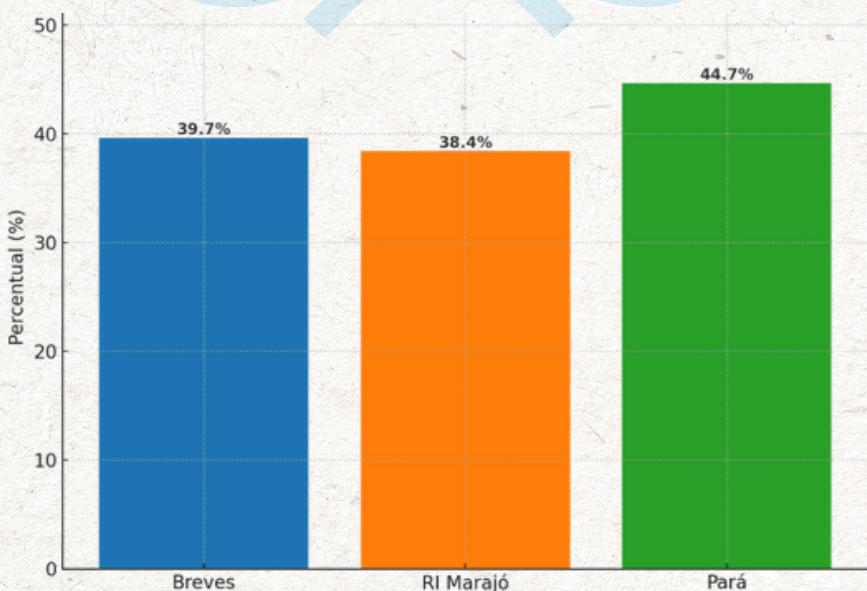
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 6 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 – e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA – foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Breves** registrou um IDS de **39,7%** (gráfico 32).

Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Breves x RI Marajó x Pará (2025)



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais.** In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades.** Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.



Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, disposita por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multissetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução descentralizada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.



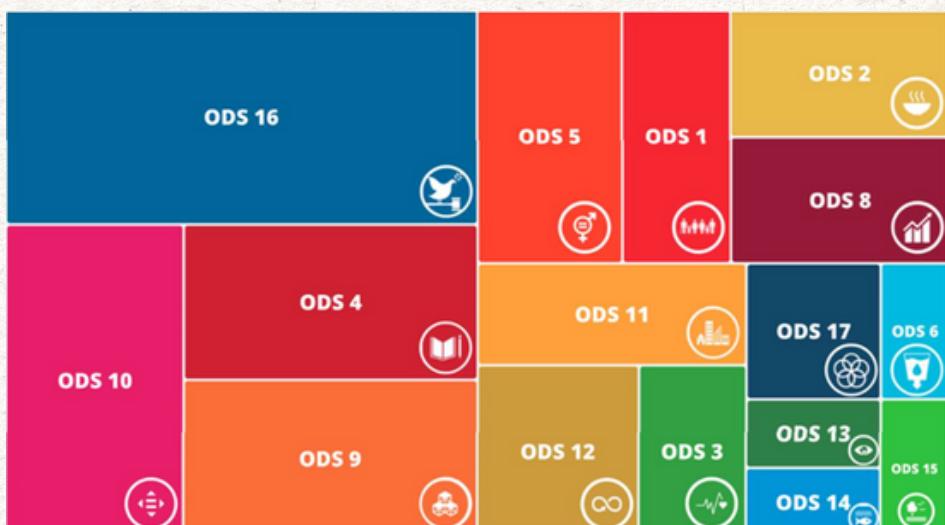
Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.

Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descontina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregadas e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contêm importante correlação aos marcos de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23,2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.



Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletrônicos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).



Foto: Pedro Guerreiro/Ag. Pará



As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multisectorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apoio às vicina-

is, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Breves na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Breves e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e valorização das atividades florestais não madeireiras, con-

forme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abranger novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conservação

de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes do modelos econômicos atuais, exclusão socioprodutiva e impactos ambientais.



Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.



Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas. Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparéncia e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

